

Encontros e reencontros com o professor Fernando Mourão

*Dilma de Melo Silva**

Conheci o professor Fernando Mourão nos anos de minha graduação em Ciências Sociais e nos dois anos de pós-graduação que cursei na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, antes de sair do Brasil, em 1971, para estudar fora do país.

Nos anos iniciais da pós-graduação, ainda no antigo prédio da Faculdade de Filosofia, na Rua Maria Antonia, tive meus primeiros contatos com o professor Mourão nas aulas de pós-graduação de meu orientador, professor Ruy Galvão de Andrada Coelho. Em artigo escrito pelo professor Mourão em homenagem ao professor Ruy Coelho, sou citada como “colega” numa disciplina que ele também cursou sobre Émile Durkheim. Senti-me honrada pela lembrança.

Saindo do Brasil, estive dois anos em Paris, e, depois, fui aceita para o Mestrado na Universidade de Uppsala, Suécia. De lá, fui trabalhar como socióloga na avaliação de projetos de desenvolvimento na África, dentro do programa de cooperação com a África, da Agência de Cooperação Sueca para o Desenvolvimento.

O país africano para onde segui em 1977 foi a Guiné Bissau, onde fiquei vários anos, primeiro no Arquipélago de Bijagós e depois em vários outros locais do território guineense, avaliando projetos de desenvolvimento financiados pelos suecos.

A Guiné Bissau é um pequeno país africano com área de 36.125 km², situado na costa ocidental da África, e contava, nos anos 70, com 77.214 habitantes (em 2011 contava com 1.500.000 habitantes).

* Professora Doutora, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

A situação econômica pós-independência era precária, pois o país havia se tornado pobre durante os anos de colonialismo. Um exemplo: em 1950 a Guiné exportava arroz, em 1977 precisa de doações para alimentar a população; o rendimento anual era inferior a 150 dólares por habitante.

Estando em Bissau, tinha contato bastante próximo com a Embaixada Brasileira, frequentava muito a embaixada, e, mesmo, a residência do Embaixador, que muitas vezes convidava os (poucos) brasileiros que residiam na Guiné-Bissau para jantar, para conversar. Foi numa dessas ocasiões que reencontrei o professor Fernando Mourão.

Soube, então, por ele, de uma iniciativa que iria acontecer em Bissau, numa atuação da Embaixada Brasileira visando a cooperação com o país, recém liberto.

O presidente era Luis Cabral (ficou no poder até novembro de 1980) o primeiro chefe de estado após a luta de libertação e a morte do líder Amílcar Cabral, ocorrida em 20 de janeiro de 1973. O país enfrentava um sem número de problemas de todos os matizes. Dentre eles a falta de quadros qualificados para exercerem função nas embaixadas abertas em vários países que reconheceram a independência do país. A escolaridade média da população era muito precária, a língua de comunicação era (e ainda é) o crioulo, pequena percentagem falava, e fala, português, apesar da política de assimilação.

Por ocasião da libertação, a Guiné Bissau tinha um único liceu, com cerca de 40 alunos, na cidade de Bissau, com falta de material didático, equipamentos, professores e local adequado.

Qual seria a ideia dessa cooperação Brasil-Guiné Bissau? Tratava-se do seguinte: preparar os alunos que iriam fazer o curso de Diplomacia no Brasil, no Instituto Rio Branco em Brasília e, posteriormente, colaborar na fundação de uma faculdade de Direito da Guiné.

Num esforço conjunto da Embaixada Brasileira em Bissau, do Itamaraty, do Centro de Estudos Africanos da FFLCH, da Faculdade de Direito da USP e, com absoluta certeza, a liderança do professor Fernando Mourão, os(as) possíveis candidatos(as) à diplomacia passaram a receber subsídios numa espécie de “cursinho preparatório” para a carreira diplomática, antecipando assim as aulas da futura faculdade.

Estive presente, mais de uma vez, nas aulas que foram oferecidas, acompanhando de perto a contribuição efetiva que foi dada ao país logo nos primeiros anos da sua independência.

Os docentes da Faculdade de Direito foram os professores José Roberto da Fonseca, Guido Fernando da Silva Soares, além do próprio Fernando Mourão.

Antes mesmo de iniciarem os conteúdos de Direito Internacional, era preciso ministrar aulas de português, isso porque a maioria dos guineenses não falava a língua portuguesa, mas o crioulo da Guiné.

Existiam, na ocasião da libertação, os chamados *assimilados* pela administração colonial portuguesa, pessoas que conheciam a língua, tinham alguma profissão, não eram desertores das tropas; representavam 0,3% da população. Essa política “assimilativa” tinha sido introduzida em 1921 através de um Estatuto pelo qual eram garantidos direitos aos “indígenas” que obtivessem hábitos “civilizados”, falassem português, fossem alfabetizados e exercessem alguma profissão.

Mas, o novo governo recém eleito precisava formar seu quadros saídos não do aparelho colonial, mas da luta armada de libertação. Não faria sentido chamarem para o novo aparelho estatal pessoas que tivessem atuado nos quadros da administração colonial portuguesa.

O país, reconhecido por vários países, dentre os quais o Brasil, passou a fazer parte das Nações Unidas, e optou, na política externa, pelo *não-alinhamento*, tendo de superar dilemas oriundos do período colonial e também dos longos anos da luta armada. O Estado tinha a tarefa de redimensionar sua atuação num mundo polarizado: de um lado, o bloco socialista e do outro, o capitalista.

A tomada de decisão devia ser feita a partir da atuação de funcionários despreparados e com baixa escolaridade. Nesse sentido, era de suma importância e prioridade a criação de uma instituição de ensino superior.

Assim, a nosso juízo, a iniciativa posta em prática pelo grupo liderado pelo professor Fernando Mourão certamente significou uma contribuição efetiva na capacitação dos quadros que deveriam exercer funções de enorme responsabilidade naqueles anos iniciais da vida do país.

Posteriormente, a representação da USP ficou a cargo do Professor Aloysio Ferraz Pereira, e, anos depois, a cooperação passou a ser dada pelos professores das Faculdades de Direito de Coimbra e de Lisboa.

Terminada minha estada nesse país africano, regressei à Suécia, finalizei o mestrado e regressei ao Brasil, na década de 1980.

Retomei a pós-graduação, sob a orientação do professor Ruy Galvão de Andrada Coelho, na ocasião, diretor da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Através dele, consegui aderir-me como pesquisadora junto ao CEA, Centro de Estudos Africanos, liderado pelo professor Mourão.

Esses foram anos de aprendizado constante sobre África, no convívio com ele e com os demais pesquisadores, como os professores Fábio Leite, Carlos Serrano, Kabengele Munanga, Maria Aparecida Santilli, e de professores visitantes, dentre outros, dos professores Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia e Alf Schwarz. Além do compartilhamento com os estudantes africanos que frequentavam diariamente o CEA, para leitura de jornais e revistas.

Nosso homenageado participou de praticamente todas as etapas de minha carreira acadêmica e a ele sou grata por todos esses anos de amadurecimento e reflexão no campo de estudo no qual ele é o nosso Mestre: a África.

São Paulo, Brasil, Junho de 2011.